

[VOLVER AL ÍNDICE](#)

QUILOMBO, ESCUELA Y DESARROLLO SOSTENIBLE: LA MEMORIA EN EL PROCESO DE (RE) PRODUCCIÓN DE LA COMUNIDAD DE SÃO JOÃO DO MATAPI, MACAPÁ-AMAPÁ-BRASIL

Adailson Oliveira Bartolomeu (adailsonb@yahoo.com.br); Eugénia Luz Da Silva Foster (eugeniafoster@uol.com.br); Silvaney Rubens Alves de Souza (silvaney.rubens@gmail.com)

Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura (FAULisboa) - Portugal

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) - Brazil

Palavras chaves: Quilombo, Identidade Cultural, Desenvolvimento Sustentável.

Neste trabalho procuramos contextualizar a luta histórica pela sobrevivência da comunidade tradicional de remanescente de quilombo São Jose do Matapi do Porto do Céu, Macapá / Amapá, que se encontra às margens do processo de acumulação de capital, no contexto do desenvolvimento econômico que buscam na tradição cultural e na (re)produção de seu modo de vida. E a escola Estadual David Mirando dos Santos, assume um importante papel no diálogo para a garantia do seu desenvolvimento sustentável. Assim, pesquisa destaca e analisa as atividades desenvolvidas e materiais pedagógicas produzidos durante o projeto "Identidade Cultural" na escola. A metodologia para a coleta de dados se baseou em visita in loco, na observação participante e em entrevistas semiestruturadas, que utilizando-se uma análise qualitativa em conjunto com uma bibliografia selecionada, o que possibilitou não só demarcar a importância do projeto Identidade Cultural para a comunidade, mas compreender o grande valor simbólico do projeto, no contexto de ações e práticas pedagógicas válidas para flexibilizar a educação disponibilizada para os remanescentes de quilombola, capaz de atribuir novos significados à identidade quilombola no contexto da sociedade contemporânea amapaense, onde a comunidade escolar desenvolveu na prática um diálogo ecológico capaz caracterizar uma educação quilombola de fato e de direito.

1. INTRODUÇÃO

Falar em desenvolvimento sustentável não é fácil em função da grande variedade de definições para o termo, o que se torna ainda mais complexo quando nos referimos à Amazônia e às suas populações, cuja região passou a figurar como um importante espaço a ser explorado na contemporaneidade por diversos projetos governamentais que ignoraram e continuam a tratar com indiferença a diversidade da região em prol de um modelo exógeno de desenvolvimento.

Com características exploratórias, objetivamos apresentar neste artigo, uma análise qualitativa do contexto territorial em que a comunidade tradicional quilombola de São José do Matapi está inserida, bem como a importância da escola David Miranda dos Santos e do seu projeto pedagógico intitulado "Identidade cultural", realizado entre os anos de 2007 a 2015, apontado o desafios enfrentados para a inserção da comunidade de remanescentes São José do Matapi de forma efetiva no contexto do desenvolvimento sustentável.

Por meio da pesquisa de campo, coleta dados de GPS que, juntos com mapas provisórios de demarcação da comunidade, buscamos referenciar importantes aparelhos de Estado, com a finalidade de construir uma cartografia da comunidade e seu entorno⁵⁸.

Entrevista de agentes públicos e análise de documentos como; projeto, relatórios de atividades e o materiais pedagógicos produzidos pelo projeto “Identidade Cultural”, serviram para uma análise contextualizada as limitações impostas ao diálogo entre comunidade em questão e a escola, no que concerne o (re)conhecimento e manutenção dos saberes tradicionais da comunidade e seu modo de vida, sendo esta uma comunidade cuja base econômica é a agricultura familiar.

Destacamos que a comunidade tradicional de remanescente em questão se encontra às margens do processo de acumulação de capital, no contexto do desenvolvimento econômico de base agrária, mas que sonha com um “desenvolvimento”⁵⁹ possível e adequado as suas especificidades no qual acreditamos que o modo de vida e os saberes tradicionais podem somar às novas alternativas que possibilitem um desenvolvimento sustentável, onde a escola estadual David Miranda dos Santos possa ser configurar em uma importante mediadora neste contexto de transformação, visando o desenvolvimento sustentável.

2. QUILOMBO: HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA;

O processo de ocupação do espaço e interação entre os vários grupos étnicos na região amazônica não pode ser compreendido como um fenômeno harmônico, mas fruto de um sistema econômico que tem suas raízes no sistema colonial desde o século XVI, onde toda a base da economia estava sustentada pela força de trabalho escravo, que por sua vez fomentava o tráfico constante de “almas”, que auferiam lucro a um seletivo grupo que detiveram a hegemonia política, econômica e cultural da região por séculos.

Um longo processo possibilitou o contato entre diferentes grupos de africanos transportados de diversas regiões da África, que aqui se “confraternizaram”, segundo um discurso dominante, com outras etnias, onde a solidariedade residia na condição de cativo e/ou de submissão. Portanto, “Aqui também encontraram o elemento indígena reduzido à mesma condição de escravo ou servo de gleba, numa convivência mais ou menos promiscua com soldados e colonos oriundos das classes populares do velho mundo”. (SALLES. 1989, p.80).

Portanto, o intenso processo de interação social, mais as disputas do jogo geopolítico estabelecido na região Amazônica entre a grandes nações europeias, possibilitaram aos negros uma maior mobilidade espacial e de resistência (GOMES, 1996). Mobilidade e resistência que, por sua vez, permitiram a formação de quilombos no espaço do território amazônico, já que, o “destino” natural do negro fugido era o mocambo (SALLES. 1988).

Gomes (1996) nos ajuda a pensar o quilombo, não como um lugar isolado do mundo a sua volta, mas como um lugar onde havia um movimento de ida e volta, seja de informações e/ou produtos, transformando o conjunto de seus contemporâneos em catalisadores de informações, e por que não dizer também, um espaço crível de intensa fomentação de ideias, cujas mesmas circulavam pelos portos de várias regiões do mundo, dadas as

⁵⁸ Para a construção do Mapa utilizamos o sistema UTM, Datum: SIGA 2000, aplicados a base cartográfica do Amapá.

⁵⁹ Utilizaremos esse conceito em uma perspectiva ampla que congrega não só os aspectos de acumulação de capital, em sua forma mais básica, mas também valores de bem estar e felicidade individual, compatíveis com as percepções de Amartya Sen (2000).

devidas proporções, num constante processo de troca de produtos e mercadorias entre metrópoles e colônias.

Portanto, mais do que entender a presença negra na Amazônia, é preciso compreender que os afrobrasileiros, para além de serem enquadrados dentro de uma lógica coisificada dentro do sistema colonial, esses indivíduos foram capazes de se adaptar a um conjunto de situações e, sempre que possível, desenvolveram suas próprias lógicas de resistência, buscando o reencontro da sua condição humana (MOURA, 1992), objetivando superar o sistema de controle social e econômico imposto pelas elites (NASCIMENTO 1978), seja na criação de quilombos, seja na participação em conflitos armados contra a opressão da elite dominante como na Cabanagem⁶⁰, seja através de violência física ou quebra de equipamentos e até mesmo na reivindicação de melhores condições de trabalho (SALLES, 1988; LARA, 1989; MOURA, 1993; GOMES, 1996).

Assim, pensar o quilombola nos remeter aos conceitos históricos acerca do território remanescente de quilombo que, segundo Ilka Boa Ventura Leite (2000), sofreu várias modificações ao longo da história e; o quilombo constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, reaparece com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retorna à cena política nos anos 70, durante a redemocratização do país. Trata-se, portanto, de uma questão persistente, tendo na atualidade importante dimensão na luta dos afro-descendentes. (LEITE. 2000. p. 333)⁶¹

Deste modo, o quilombo mas do que uma nomenclatura ressemantizada, tornou-se uma importante identidade coletiva, construída no processo histórico pelos afrodescendentes, visando a garantia direitos coletivos outrora negados, sejam eles: A titulação definitiva do seu território e/ou uma educação escolar que reconheça e garanta a sua reprodução sociohistórica no conjunto de uma sociedade multicultural como a brasileira.

Neste contexto, a escola Estadual David Miranda dos Santos autodeclarada como Escola Quilombola⁶², com ato de fundação de fevereiro de 1993⁶³, situada na Comunidade de Remanescente Quilombola de São José de Matapi, nº 156, localidade do Porto do Céu, Santana, Amapá, que atua na modalidade de educação infantil e fundamental do 1º ao 9º ano, se apresenta mas do que uma mera instituição de ensino, e assume característica de uma importante agencia de desenvolvimento local, capaz de oportunizar importantes transformações no seu entorno.

-3. A COMUNIDADE DE REMANESCENTE DE QUILOMBOLA SÃO JOSÉ DO MATAPI

A Comunidade de Remanescente de Quilombolas São José, se localiza no município de Macapá, no distrito do Coração⁶⁴, à margens rio Matapí, afluente do rio Amazonas. O

⁶⁰ Revolução social que explodiu em Belém do Pará, em 1835, deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. (RICCI, 2006)

⁶¹ Disponível em: <<http://www.nuer.ufsc.br/artigos/osquilombos.htm>>

⁶² Desde o Censo educacional de 2011, a referida escola e auto declara Escola Quilombola, o que lhe atribui direitos específicos segundo a legislação federal.

⁶³ Decreto N° 0237/93 – SEEC/GEA.

⁶⁴ Há muitos conflitos administrativos em função da comunidade pertencer ao distrito do Coração, ou seja, ao município de Macapá, neste caso a escola é estadual, mas administrativamente consta no território pertencente ao município de Santana para efeitos administrativos

território é reconhecido e certificado⁶⁵, mas ainda não possui o título definitivo de posse do território, os tramites de demarcação da área está em processo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA⁶⁶, contudo, há uma demarcação provisória da área⁶⁷, cuja origem remota à década de 90, quando o Senhor Bonifácio Mendes da Silva⁶⁸ recebeu a concessão do INCRA para residir e produzir em uma área de 120 hectares de terras devolutas da União, hoje reclamada pelos seus descendentes como território remanescentes de quilombola.

A comunidade composta por 30 famílias, todos com parentescos consanguíneos, já apresenta conflitos resultante do crescimento desordenado de áreas urbanas do entorno, pois a comunidade sofre os efeitos do processo de segregação espacial, que segundo Vale e Gerardi, (2006) é uma problemática resultante da falta de planejamento urbano em áreas em expansão no contexto urbano-rural.

Localizada em uma área de expansão entre as duas principais cidade do Estado do Amapá, Macapá e Santana, a área apresenta uma dinâmica de zona de transição, onde há o entrelace de diferentes atividades que disputam o uso do solo e a comunidade de remanescentes quilombola de São José de Matapi sente a potencialização da ocupação ilegal nos limites do seu território⁶⁹ e os conflitos resultantes.

Sobre a presença do poder público na área, há poucos serviços e aparelhos de Estado no perímetro, dentre eles merece destaque o prédio abandonado da escola Estadual David Miranda dos Santos, atualmente a mesma está funcionando em um prédio alugado distante do núcleo da comunidade⁷⁰. O centro comunitário⁷¹, que fica ao lado do prédio da escola, se encontra bastante deteriorado, mas ainda é utilizado para reuniões e atividades culturais.

A energia elétrica chega até as casas dos comunitários através de instalações improvisadas e a água não é tratada pelo sistema público, a assistência médica é oferecido pelo posto de saúde municipal que se localiza no comunidade do Coração⁷², distante alguns quilômetros.

A percepção de ausência do poder público na área acontece logo na chegada à comunidade, pois o acesso à comunidade é realizado por um via sem cobertura asfáltica, mesmo estando a poucos quilômetros de uma das principais vias do Estado, a AP-010 também conhecida como “Duca Serra”⁷³.

Quanto aos serviços de assessoria técnicas na área agrícola, analisamos o “Plano de Ação”⁷⁴ do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP, escritório de Santana, que atende a comunidade, onde este apresenta uma projeção de atendimento a 30 famílias pela extensão rural, através de cursos. No entanto, em todo o “Plano de Ação”⁷⁵ não há indicação de atividades agrícolas e/ou produção na comunidade São José do Matapi, o que há é apenas um indicativo de um curso de manejo de açai.

65 Fase intermediária para obtenção da titulação definitiva do território.

66 Ver http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf.

67 Ver Mapa, cena 01

68 Proc. CRPF/PA-AP. N° 323/76

69 Ver mapa, cena 01

70 Idem, cena 04

71 Idem, cena 02

72 Idem, cena 03

73 Ver mapa cena 01

74 O Plano de Ação é um documento produzido pelo Governo do Estado, através do instituto de Desenvolvimento Rural, escritório de Santana. Onde há uma projeção da atividades a serem desenvolvidas pelos técnicos da extensão rural que atendem as comunidades da área.

75 Este Plano é referente ao ano de 2017.

Constatamos que há pouco ou nenhum diálogo entre os agentes públicos e a comunidade, já que membros da diretoria da associação, em entrevista, afirmaram que os comunitários deixaram de fazer uso da extração do açaí para atividades comerciais, pois alegam haver uma maior restrição sob a área de coleta do fruto, influenciada por vários motivos, dentre eles a ocupação e desmatamento de áreas de extração do fruto nos limites da comunidade.

Neste ponto, nos parece que a comunidade começou a sentir os efeitos das transformações ocorridas no entorno com as ocupações irregulares, já que pelos relatos da diretoria da comunidade, há indícios de que as atividades reprodutivas de caráter extrativista começaram a ser afetadas, como a extração do fruto do açaí, em decorrência das novas dinâmicas de ocupação da área do entorno.

Bernades (2014), ao analisar o caso de uma comunidade tradicional agroextrativista no Maranhão, afirma que o sistema de reprodução de uma comunidade tradicional pode sofrer alterações significativas provocadas por mudanças alheias às comunidades, mas relacionado ao acesso aos recursos naturais. Neste caso, há um indicativo de mudança no sistema produtivo e reprodutivo da comunidade São José do Matapi, que precisa ser melhor analisado em estudos futuros.

A produção agrícola da comunidade é realizada de forma “tradicional”, com o uso da técnica de coivara⁷⁶, em áreas escolhidas pelas famílias no território para o plantio, onde a “roça” é individual, mas todos ajudam em regime de mutirão, o que amplia a caracterização desta comunidade como tradicional. Deste modo, a Comunidade de Remanescentes Quilombola São José do Matapi apresenta como principal característica uma reprodução de base familiar agroextrativista, que pode ter sido duramente impactada pelas novas lógicas de uso do espaço em seu entorno, o que confere à mesma uma dificuldade na sua sobrevivência material, cujos efeitos poderiam ser mediados e atenuados por meio de políticas públicas que (re)conheçam a sua especificidade sócio histórica e promova um diálogo no contexto do desenvolvimento sustentável.

⁷⁶ Essa prática também é conhecida como ‘cultivo de corte e queima’, e constitui em uma técnica de preparação do solo baseada na derrubada da vegetação e posterior queimada da área a ser cultivada na floresta. O sistema de coivara é encontrado hoje em diversas regiões do mundo, inclusive no Brasil, na Amazônia (ALVES NEVES Et.al... 2012).

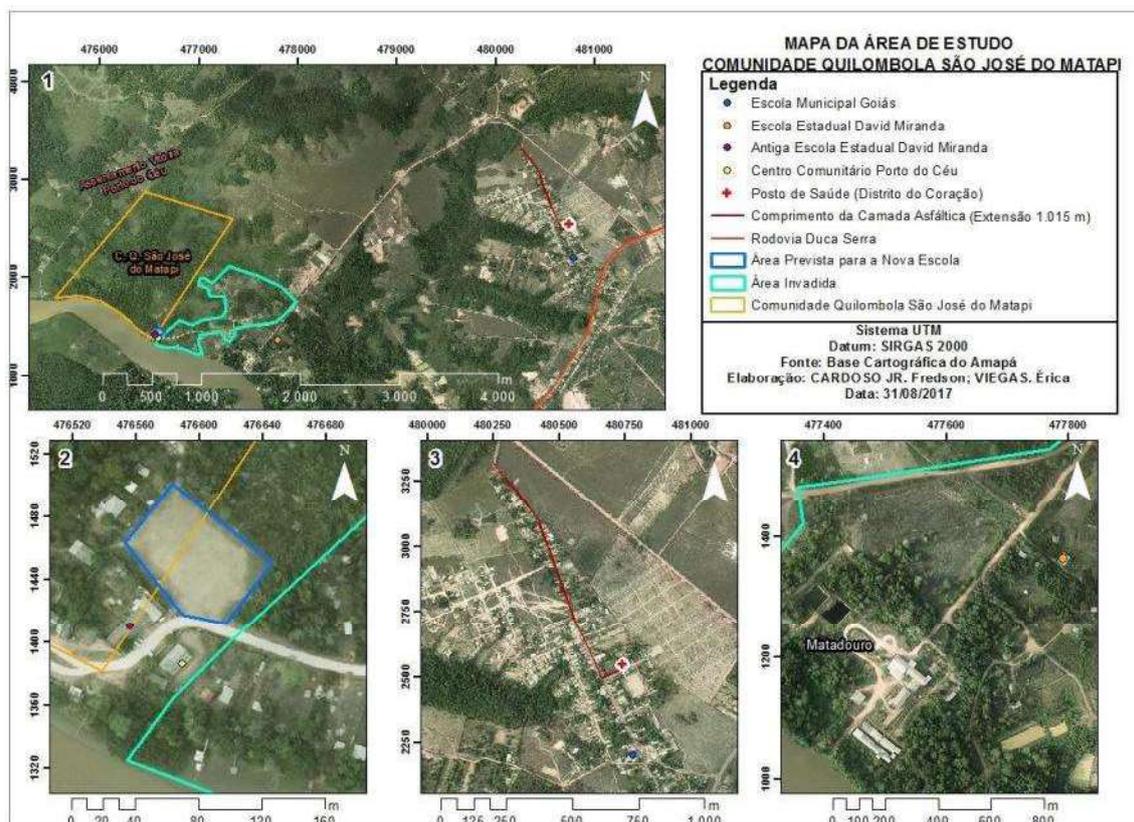


Figura 1: Mapa da área de estudo, Comunidade quilombola São José do Matapi.

Fonte: Base cartográfica do Amapá, 2017.

4. O PROJETO “IDENTIDADE CULTURAL” E O DIÁLOGO RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O projeto interdisciplinar chamado “Identidade Cultural”, que foi desenvolvido ao longo do período de 2007 a 2018, representou o caráter inovador de uma educação integrada a comunidade e seus aspectos sociais e culturais, no que concerne a construção de uma identidade quilombola e a ressignificação de valores e conceitos históricos para a comunidade e o seu entorno.

Acreditamos que o “Identidade Cultural” se apresenta como uma proposta inovadora e contextualizada aos novos conceitos basilares de uma sociedade em transformação, como a brasileira com um objetivo claro descrito abaixo;

Valorização da diversidade étnico racial existente na sociedade brasileira, através do resgate das manifestações culturais, buscou-se (re)conhecer a contribuição de cada grupo étnico na construção da sociedade brasileira e, mais especificamente amapaense, resgatando valores identitários, inerentes aos educando, a partir do seu pertencimento histórico e cultural. Buscou-se também, apresentar praticas pedagógicas inovadoras, inseridos no contexto da legislação federal (10.639/03 e 11.645/08), além de despertar nos educandos uma visão reflexiva acerca de seu contexto regional, histórico-cultural e sustentável, resgatando o registro da memória afro-brasileira, mas contextualizada com as problemáticas da atualidade vivenciadas pelos educandos (NEER/SEED, 2015, p. 43).

E vai mais além, mesmo não estando expressamente descrito, o referido projeto pode ser considerado como uma ação pedagógica voltada para o desenvolvimento sustentável, senão vejamos: O termo desenvolvimento sustentável uma ampla gama de significados que variam, de acordo com o contexto e o campo de atuação em que é empregado (FEIL, SCHEIBER, 2017).

Contudo, há o consenso que o uso do termo está associado ao equilíbrio entre os seres humanos e meio ambiente em que vivem, onde as dinâmicas de interação podem ampliar o significado do termo (FEIL, SCHEIBER, 2017).

No Brasil a questão ambiental popularizou na década de 1960, dadas as condições impostas pelo crescimento urbano, e o termo desenvolvimento sustentável expressa anseios coletivos como democracia e liberdade (BARBOSA, 2008).

Dentre as ações do projeto que mais chamou a nossa atenção podemos citar: a elaboração de um periódico chamado “Cipó Cultural” e a Gincana Cultural VI, com sua ação de exposição de trabalhos pedagógico-culturais para todas as comunidades envolvidas.

O “Jornal Cipó Cultural”, que apresenta muitas informações interessantes, tivemos acesso aos exemplares da primeira edição do ano de 2007, início do projeto e a quarta edição, do ano de 2010, quando o projeto já estava consolidado após anos consecutivos de realização do projeto.

O periódico inova na seleção de assuntos e nas propostas de temas, pois insere a comunidade como protagonista, principalmente se levarmos em consideração os assuntos apresentados pelos alunos nas duas edições analisadas (2007 e 2010), onde apresenta vários temas distribuídos em diversos cadernos, divididos em pequenos artigos como: *um breve histórico sobre a “Consciência negra”, dicas de saúde, dicas de pesca, dicas de beleza, humor, cantinho cultural* e até *Classificados*, além de receitas de culinárias.

Todos os temas tem como autoria os alunos, mas supervisionados pelos professores, aonde os próprios docentes são entrevistados sobre o tema educação, gestão e mensagens para a comunidade discente.

Outra atividade que marca o caráter inovador do projeto foi a “Gincana Cultural, Esportiva e de Sustentabilidade Ambiental”, ocorrida no encerramento do “Identidade Cultural VI”, em 2011, que teve como público alvo além da comunidade escolar, as comunidades quilombolas do entorno.

Dentre as atividades mais interessantes citamos; Competição de coleta do açaí, Competição de pesca (anzol e caniço) e a horta sustentável, que foram divididas em duas equipes: africana e portuguesa. Nessa “Gincana Cultural”, percebemos o ápice de uma atividade que tem como objetivo a “valorização da diversidade étnico-racial existente na sociedade brasileira” (SOUZA, 2015, p. 43).

Contudo, o destaque da “Gincana Cultural VI” está relacionado aos saberes empíricos da comunidade no contexto da realização das atividades de pescaria e coleta do açaí, que surgem como atividade desportiva, mas que foram reconhecidas e valorizadas pela escola, destacando a especificidade das necessidades da comunidade e seu meio ambiental, buscando valorizar e reconhecer a cultura, bem como o modo de vida da localidade.

O projeto Identidade Cultural ao longo de sua existência, contribuiu para implementar ações pedagógicas inovadoras contextualizadas com a educação das relações étnico raciais e ao desenvolvimento sustentável, já que o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, reconhece os territórios tradicionais como espaços de reprodução social e da cultura dos povos e comunidades tradicionais. E, assim, a escola David Miranda dos Santos se apresentou, durante essa experiência, como uma promotora de políticas públicas do desenvolvimento local, no contexto do desenvolvimento sustentável.

5. - CONCLUSÃO:

Acreditamos que a memória e a identidade se constituem em um conjunto importante de experiências históricas coletivas que a comunidade de remanescentes de quilombola São José do Matapi, dispõe para fazer frente a uma processo de decolonização, visando

encontrar novos caminhos no processo de ensino e aprendizagem que corroborem para a valorização dos saberes tradicionais e o modo de vida da comunidade na contemporaneidade.

Logo, no campo do conhecimento e das atividades pedagógicas, a escola enquanto instituição dever ser norteada por valores e conceitos validos para o conjunto da sociedade e seus diversos grupos éticos (AKKARI, 2015), o que torna possível a ruptura de velhos conceitos descontextualizados, abrindo espaço para novos saberes e conhecimentos, estes adequados a uma realidade diversificada e pluriétnica, como é o caso da educação escolar quilombola, a luz de uma perspectiva decolonial e multicultural.

O projeto Identidade Cultural se apresenta como uma alternativa de diálogo entre a comunidade e seus saberes tradicionais, o que pode possibilitar uma flexibilização no *capital cultural* (BOURDIEU, 1989;2007) dos profissionais da educação que atual na instituição, e assim estabelecer um equilíbrio no contexto conflituosos posto entre a epistemologia e os saberes tradicionais (SANTOS, 2009).

Portanto, podemos perceber que há um grande potencial para compreender o projeto "Identidade Cultural" como inovador capaz possibilitar um direcionamento rumo ao "diálogo ecológico" (SANTOS, 2009), capaz de valorizar e (re)conhecer os saberes tradicionais da comunidade, sem negar o papel primordial da instituição escolar, e pode direcionar novos caminhos para uma educação escolar quilombola, de fato e de direito, que atenda os anseios da comunidade e a premissa de um desenvolvimento sustentável.

6. REFERENCIAS:

- AKKARI, A. (2015). *Educação intercultural no Brasil: entre o conservadorismo e transformações radicais: São Paulo. Cadernoscenpec. V.5, n.1. p. 259-182., jan./jun. 2015.*
- _____, Et. al. (2015). *Diferenças na educação: do preconceito ao reconhecimento. Revista Teias. Diferenças e educação. V.16. n40. p. 28-41.*
- BARBOSA, G. S. (2008) "O Desafio Do Desenvolvimento Sustentável". *Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun.*
- BOURDIEU, P. (1989). *O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand.*
- _____,(2007). *A Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva.*
- BRASIL. (2006) *Lei 10.639, de 09 de Janeiro de 2003. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ SECADI.*
- "Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais", *Brasília. SECADI.*
- BRASIL, (2013). *Plano Nacional De Desenvolvimento Sustentável Dos Povos E Comunidades Tradicionais De Matriz Africana (2013-2015). Brasília.*
- FEIL, A. A., SHREIBER, D. (2017). "Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados". *Cad. EBAPE.BR, v. 14, nº 3, Artigo 7, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017.*
- FONSECA, S. G. (2009). *Didática de ensino de História: experiências reflexões e aprendizado. Papyrus, Campinas – SP.*
- GOMES, F. S. (1996). "Nas fronteiras da liberdade: mocambos, fugitivos e protesto escravo na Amazônia colônial". *An. Arq. Públ. Pa, Belém-PA, 1996*
- HALL, S. (1997). *A identidade cultural na Pós-Modernidade. DP&A Editora, Rio de Janeiro.*
- LARA, S. H. (1988). "Campos da Violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750 - 1808". *Paz e terra, Rio de Janeiro.*
- LEITE, I. B. (2001). *Os quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas. Etnográfica. Vol. IV (2).*

- MOURA, C. (1993). *Quilombos: resistência e escravidão*. 3ªed. Editora Ática. São Paulo.
- SALLES, V. (1989). *O Negro no Pará*. 2ª ed. Brasília, Ministério da Cultura; Belém.
- SANTOS, M. (1999). *A natureza do espaço; espaço e tempo: Razão e emoção*. 3ª ed, São Paulo: HUCITEC.
- SANTOS, B. S. (1999). *O fim das descobertas imperiais*. Notícias do Milênio, Edição Especial do Diário de Notícias.
- SANTOS, B. S, MENESES, M. P. (org.). (2009) *Epistemologia do sul: Edições almeida: Coimbra: Biblioteca nacional de Portugal*.
- SOUZA, S. R. ROCHA, E. (Org.). (2015) *Caderno de Projetos e Propostas Pedagógicas para a Implementação da lei 10.639/03*. NEER/SEED, Macapá-Ap.